

SEMINÁRIO BOAS PRÁTICAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADAS ÀS CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES (2026)



Inscrições até as 12h do dia **07-10-2026**, [neste link](#).

TRT-4ª REGIÃO **ESCOLA JUDICIAL** **NUPEMEC** **Vice-Presidência Institucional e de Atuação em Demandas Coletivas** **EVENTO PRESENCIAL**

SEMINÁRIO
BOAS PRÁTICAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADAS ÀS CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES (2026)

09-10-2026 (6ª-feira)
14h às 17h

DOCENTES:
Camila Leal, Juíza do TRT1;
Fernando Hoffman, Juiz do TRT9.

MODERADORA:
Maria Teresa Vieira da Silva, Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Institucional e de Atuação em Demandas Coletivas do TRT4.

Local: Auditório Ruy Cirne Lima - Escola Judicial do TRT4
(Av. Praia de Belas, 1432, prédio 3, 2º andar - Porto Alegre - RS)

150 vagas
3 h/a

Público-alvo: Magistrados(as) e servidores(as) e estagiários(as) do TRT4.

Este evento atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 16 da Agenda 2030 da ONU

4 INICIAR **8** TRANSFORMAR **10** REDUZIR **16** PAZ, JUSTIÇA E FORTEZAS

SisEjud Inscrições até as 12h do dia 07-10
<https://sisejud.trt4.jus.br/ejud/>

DATA/PERÍODO	09-10-2026 (6ª-feira)
HORÁRIO	14h às 17h
FORMATO	Seminário ▾
MODALIDADE	Presencial ▾
APOIO, PARCERIA	Nupemec e Vice-Presidência Institucional e de Atuação em Demanda Coletivas.
DIÁRIAS	Há previsão de pagamento de diárias aos(às) magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 atuantes no CEJUSC (1 magistrado/a e 1 servidor/a por microrregião), além de 10 diárias para magistrados(as) e 10 diárias para servidores(as) interessados(as), de acordo com a seguinte ordem de preferência: Magistrados(as): 1. Magistrados(as) com curso de formação inicial do CEJUSC, que tenham cumprido a exigência de 30 horas-aula de formação continuada no 1º semestre de 2026; 2. Magistrados(as) que tenham cumprido a exigência de 30 horas-aula de formação continuada no 1º semestre de 2026; 3. Demais magistrados(as) interessados no tema. Servidores(as): 1. Servidores(as) com curso de formação inicial completa (parte teórica e prática)

	2. Servidores(as) com curso de formação inicial - parte teórica. 3. Demais servidores(as) interessados no tema. Obs: A ordem de preferência não se aplica aos(às) magistrados(as) e servidores(as) indicados(as) por cada microrregião do Cejusc. Caso haja mais interessados(as) do que as vagas disponíveis, será realizado sorteio. Reembolsos de despesas com transporte poderão ser solicitados, conforme orientações disponíveis aqui.		
LOCAL	Auditório Ruy Cirne Lima, junto à Escola Judicial do TRT4 (Foro Trabalhista de Porto Alegre - Avenida Praia de Belas, 1432, prédio 3, 2º andar).		
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido
1	Docente ▾	Fernando Hoffman	Juiz do TRT9.
2	Docente ▾	Camila Leal	Juíza do TRT1.
3	Moderador ▾	Maria Teresa Vieira da Silva	Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Institucional e de Atuação em Demandas Coletivas do TRT4.
PÚBLICO-ALVO	Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4.		
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	150 vagas		
CARGA HORÁRIA	3 horas-aula		
JUSTIFICATIVA	A solução consensual dos conflitos é um dos pilares da Justiça do Trabalho, e os Cejuscs da 4ª Região acumulam, desde a Resolução CSJT nº 174/2016, um valioso patrimônio de experiências que permanece disperso entre as unidades, sem um espaço estruturado de intercâmbio. A esse cenário soma-se a incorporação acelerada de ferramentas de inteligência artificial às rotinas conciliatórias — triagem, resumos automatizados, cálculo de propostas, assistentes generativos — muitas vezes sem parâmetros claros sobre o que é adequado. A conciliação e a mediação são atividades essencialmente relacionais, que dependem da escuta, da confiança e da autonomia das partes; a inteligência artificial pode qualificá-las, mas não pode substituir o juízo humano nem comprometer o protagonismo das partes na formação do acordo. Os princípios de transparência, supervisão humana e proteção de dados fixados pelo CNJ para o uso de IA no Judiciário ainda carecem de tradução concreta para a prática conciliatória, o que torna o tema uma demanda formativa atual e urgente. O Seminário Cejusc 2026 propõe-se a responder a essa dupla necessidade: criar um espaço qualificado de compartilhamento de boas práticas entre os Cejuscs da 4ª Região e oferecer referenciais éticos e operacionais para a incorporação responsável da inteligência artificial, distinguindo os usos que fortalecem o método consensual daqueles que o ameaçam. A abertura pelo Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho, e as exposições dos Juízes Fernando Hoffman e Camila Leal conferem ao encontro a dimensão institucional e a densidade técnica que o tema exige, aproximando as diretrizes da Corte Superior da realidade concreta das unidades conciliatórias. Ao formar magistradas, magistrados, servidoras, servidores e conciliadoras e conciliadores para atuar nessa nova realidade com discernimento e responsabilidade, a Escola Judicial cumpre sua missão de aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional e contribui para que a tecnologia seja, nos Cejuscs, instrumento a serviço do humano		
EMENTA	Conciliação e mediação trabalhistas na era digital. Compartilhamento de boas práticas dos Cejuscs. Ferramentas de inteligência artificial como apoio à atividade conciliatória: possibilidades, limites e parâmetros éticos. Supervisão humana, proteção de dados e preservação da autonomia das partes na construção do acordo.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Boas práticas nos Cejuscs: troca de experiências entre as unidades, rotinas de audiência, técnicas de negociação e estratégias para conflitos individuais, coletivos e de		

	execução. • Inteligência artificial como ferramenta de apoio à conciliação: preparação de audiências, organização de informações e identificação de zonas de convergência. • Parâmetros éticos para o uso de IA na atividade conciliatória: supervisão humana, transparência, proteção de dados e vieses. • Preservação da autonomia das partes e do caráter humano da escuta e do diálogo na construção do acordo.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Compartilhar e sistematizar boas práticas desenvolvidas nos Cejuscs da 4ª Região, favorecendo sua replicação entre as unidades. • Identificar as possibilidades de uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio à preparação e à condução das audiências de conciliação e mediação. • Reconhecer os parâmetros éticos e normativos que orientam o uso de IA na atividade conciliatória, com ênfase na supervisão humana, na transparência e na proteção de dados. • Distinguir os usos de tecnologia que fortalecem o método consensual daqueles que comprometem a autonomia das partes e o caráter humano do diálogo.
METODOLOGIA	Palestras expositivas dialogadas, com abertura para perguntas e intervenções das participantes e dos participantes ao longo das exposições e em espaço específico de debate ao final, de modo a favorecer a troca de experiências entre os Cejuscs da 4ª Região e a reflexão conjunta sobre os temas apresentados.
AValiação	- Avaliação de aprendizagem: Registro reflexivo. - Avaliação de reação: Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando a avaliação de reação estiver disponível para preenchimento e deverão observar o prazo informado.
CERTIFICAÇÃO	A certificação será condicionada à frequência mínima de 75% para servidores(as) e 100% para magistrados(as) e à realização das atividades propostas na avaliação de aprendizagem.
ACESSIBILIDADE	- Interpretação simultânea em Libras - Audiodescrição - Legendagem (automática)
FINALIDADES	- Magistrados(as): Formação Continuada; Promoção por Merecimento. - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção.
PROGRAMA	14h – 14h15: Abertura do Seminário - Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos (TST); 14h15 – 15h15: Palestra: Inteligência Artificial Aplicada às Conciliações e Mediações - Juiz Fernando Hoffmann; 15h15 - 16h15: Palestra: Boas práticas aplicadas às Conciliações e Mediações no âmbito do CEJUSC - Juíza Camila Leal; 16h15 – 17h: Perguntas e debate com as(os) participantes.
BIBLIOGRAFIA	FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim: como negociar acordos sem fazer concessões. Rio de Janeiro: Sextante, 2018. ALMEIDA, Tania. Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e teóricos. São Paulo: Dash, 2014. TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 6. ed. São Paulo: Método, 2021. AZEVEDO, André Gomma de (org.). Manual de mediação judicial. 6. ed. Brasília: CNJ, 2016. SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: JusPodivm (edição mais recente), capítulo sobre conciliação e métodos consensuais.
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90. Magistrados(as) do TRT4: Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro(a)

magistrado(a) e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo(a) interessado(a).

Com o objetivo de promover a sustentabilidade e a redução de consumo de materiais, informamos que não forneceremos mais blocos de anotações e canetas em nossos eventos. Solicitamos a gentileza de que cada participante traga seu próprio material para anotações. Agradecemos a compreensão!



Este evento atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU:

ODS 4 - Educação de Qualidade
ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico
ODS 10 - Redução das Desigualdades
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

- [🔗 1\) Público interno do TRT4 - magistrados\(as\) e servidores\(as\), inclusive aposentados\(as\);](#)
[🔗 2\) Público externo.](#)

CURRÍCULOS COMPLETOS

Camila Leal

Camila Leal Lima. Juíza do Trabalho. Master of Science in Legal Studies Dispute Resolution (Washington Lincoln University, EUA). Formação executiva em negociação pela Harvard Law School (Harvard Negotiation Project Theory and Tools). Especialista em Direito e Processo do Trabalho (UERJ). Professora em cursos de Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho e nas Escolas Judiciais do Poder Judiciário. Integrante do Conselho Editorial da Revista do TRT da 1ª Região. Membro Honorária do Instituto dos Advogados Brasileiros. Condecorada com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário (2023).

Fernando Hoffmann

É Juiz do Trabalho do TRT do Paraná desde 1997 e atualmente exerce a titularidade da 22ª Vara do Trabalho de Curitiba. Coordenador do CEJUSC-JT de primeiro grau de Curitiba-PR. Membro do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais do TRT-PR em terceiro mandato. Membro do Subcomitê de IA do TRT-PR. Bacharel, ex-Professor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito pela Universidade de Coimbra. Mestre em Resolução de Disputas, pela Universidade Pepperdine (EUA). É professor de mediação, conciliação, negociação, comunicação e inteligência artificial. Atuou como coordenador científico e professor em 23 das 24 Escolas Judiciais dos TRTs e na Escola Nacional da Magistratura Trabalhista.